

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO  
CIENTÍFICA SOBRE AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL E AUTOAVALIAÇÃO 10 ANOS  
APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO SINAES

*Thiago Henrique Almino Francisco*  
*Georgia Carolina Carvalho Martins*  
*Carla Carolina Dias de Oliveira*

<http://dx.doi.org/10.18616/interfaces13>

## INTRODUÇÃO

Discutir a avaliação institucional no ensino superior exige uma operação epistemológica inicial: definir qual avaliação se está discutindo, para quem ela serve e com que finalidade ela é praticada. Como provocou o Professor Cortelazzo (2020), é preciso responder à pergunta “avaliar para quê e para quem?”. A pergunta é retórica, mas não trivial. Ao mesmo tempo em que a avaliação se apresenta como ferramenta de regulação e controle, também pode – e deve – ser compreendida como estratégia emancipatória, formativa e transformadora.

O debate contemporâneo sobre avaliação educacional no Brasil ganhou densidade nas décadas finais do século XX à medida que o sistema de ensino superior se expandiu rapidamente, de modo que provocou um tensionamento entre crescimento e qualidade. Este tensionamento originou, como resposta política, instrumentos como o “Provão” – Exame Nacional de Cursos, Lei nº 9.131/95 (Brasil, 1995) e, posteriormente, o Sinaes – Lei nº 10.861/2004 (Brasil, 2004), que representaram tentativas de sistematização de um modelo nacional de avaliação.

O Sinaes, por sua natureza tripartite – avaliação institucional (interna e externa), avaliação de cursos e avaliação do desempenho dos estudantes –, passou a incorporar, formalmente, a autoavaliação como um de seus eixos estruturantes. Contudo, como revela a bibliografia selecionada nesta investigação, esse eixo permanece marginalizado tanto na prática institucional quanto na produção acadêmica, de maneira que é com frequência reduzido a uma função instrumental vinculada ao cumprimento de exigências regulatórias.

É precisamente esta constatação que justifica o presente ensaio: compreender como se constitui o campo científico da avaliação institucional e da autoavaliação no Brasil a partir de um olhar sistemático a respeito da produção bibliográfica mais recente. Longe de apenas mapear o volume da produção, interessa-nos identificar os sentidos atribuídos à avaliação, os enfoques predominantes, os silêncios teóricos e as lacunas epistemológicas.

## NOTAS PARA UMA BASE TEÓRICA CRÍTICA

Falar de avaliação institucional implica escolher entre modelos e epistemologias. De um lado, modelos centrados na mensuração de desempenho e na lógica de *accountability*; de outro, abordagens que a compreendem como processo dialógico, crítico e formativo. A tensão entre essas perspectivas perpassa toda a história da avaliação educacional no Brasil e se manifesta também na produção científica analisada.

Autores como Barreyro e Rothen (2006) identificam dois paradigmas em disputa: o avaliativo-controlador, de viés burocrático, voltado à certificação de qualidade e vinculado à regulação estatal; e o avaliativo-formativo, vinculado ao aperfeiçoamento institucional, à reflexão crítica e à construção de autonomia. Peixoto (2009) também aponta que, ao tentar conciliar esses modelos, o Sinaes acabou por institucionalizar um híbrido ambíguo entre controle e formação, em que a ênfase recai, na maioria dos casos, sobre a dimensão regulatória.

A autoavaliação, prevista como elemento essencial da avaliação interna das IES, não escapou a essa ambivalência. Na prática, muitas comissões próprias de avaliação (CPA) atuam com limitações técnicas, políticas e simbólicas. Em vez de serem espaços estratégicos de análise institucional, tornaram-se, em muitos casos, setores voltados à prestação de contas ao Estado.

Apesar disso, há uma dimensão crítica e subutilizada na autoavaliação: sua potência como ferramenta de governança acadêmica, de gestão do conhecimento organizacional e de engajamento coletivo em torno de processos de melhoria contínua. Esta abordagem, no entanto, ainda é rara nos artigos analisados, o que reforça a tese da subteorização do campo.

## CONTRIBUIÇÕES BIBLIOMÉTRICAS PARA O CAMPO

O estudo bibliométrico conduzido aponta para um cenário fragmentado. A maioria dos artigos que menciona avaliação institucional o faz

em contexto ampliado, como parte de análises sobre o Sinaes, a regulação ou as políticas públicas. Poucos se debruçam especificamente em autoavaliação, e menos ainda a tratam como estratégia de inteligência institucional ou inovação em gestão universitária.

A produção está concentrada em poucos grupos de pesquisa e instituições, com destaque para universidades públicas federais e estaduais e com recorrência de autores que transitam entre os campos da educação, da gestão educacional e das políticas públicas. A análise de palavras-chave, citações e referências bibliográficas revela um campo ainda em construção, com forte dependência de marcos regulatórios e escassa articulação com abordagens interdisciplinares, como gestão do conhecimento, design estratégico ou inteligência organizacional. A produção científica acerca da avaliação institucional e da autoavaliação ainda carece de densidade teórica e diversidade epistemológica. Predomina uma abordagem técnico-normativa, voltada à conformidade regulatória, em detrimento de uma leitura crítica e estratégica da avaliação como dispositivo organizacional.

Ao mapear o campo e indicar suas lacunas, este ensaio não apenas descreve a produção existente, mas também aponta caminhos: é preciso reorientar o olhar para a avaliação como um processo intencional, cultural e político. Mais do que cumprir funções regulatórias, ela deve contribuir para o projeto institucional das IES, para a qualificação de sua missão social e para a construção de uma cultura avaliativa reflexiva, participativa e voltada à transformação.

## A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ENTRE A REGULAÇÃO E A ESTRATÉGIA

A avaliação institucional, no escopo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), constitui um dos pilares estruturantes do modelo avaliativo brasileiro ao lado da avaliação de cursos e da avaliação do desempenho discente (Enade). Mas, ao contrário dos instrumentos orientados à mensuração pontual de resultados, a avaliação ins-

titucional — sobretudo na sua dimensão interna — carrega um potencial crítico, reflexivo e transformador que ainda permanece subexplorado.

Conforme define a Lei nº 10.861/2004 (Brasil, 2004), a avaliação institucional se desdobra em dois processos distintos e complementares: a autoavaliação, conduzida pelas próprias instituições por meio de sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), e a avaliação externa, coordenada por comissões designadas pelo INEP/MEC. Ambas têm como referência o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), que deve refletir a identidade da IES — sua missão, sua visão, seus valores, suas metas e seus objetivos — e constituir-se como documento orientador de políticas e ações. Nesse sentido, o PDI não deveria ser somente um artefato normativo, e sim um instrumento de governança estratégica, capaz de alinhar aspirações institucionais com a prática cotidiana, conforme estabelece o artigo 3º da Lei do Sinaes (Brasil, 2004).

Sob essa ótica, a avaliação institucional é mais do que um processo de verificação: trata-se de uma experiência ontológica de autocompreensão institucional. Segundo Dias Sobrinho (2008), essa prática requer um mergulho profundo na realidade da instituição, que demanda um olhar crítico de sua trajetória, seus desafios, suas responsabilidades sociais e potencialidades ainda não exploradas. É, em essência, um exercício de responsabilidade coletiva que visa à melhoria contínua da qualidade em todas as suas dimensões — pedagógica, administrativa, científica, social e simbólica.

Porém a análise da produção científica recente revela que, apesar de sua centralidade normativa, a avaliação institucional frequentemente é tratada sob uma ótica burocratizada, com ênfase nos processos de conformidade regulatória e nos indicadores padronizados de qualidade. A multiplicidade dos instrumentos avaliativos reflete a complexidade do objeto avaliado — a própria instituição de ensino superior —, mas também tem gerado fragmentação e sobreposição de processos, muitas vezes desarticulados entre si. Nesse cenário, perde-se a dimensão formativa da avaliação e, com ela, a possibilidade de fomentar processos endógenos de inovação e aprendizagem institucional.

## AUTOAVALIAÇÃO: ENTRE A PARTICIPAÇÃO E A REDUÇÃO TÉCNICA

Prevista no artigo 11 da mesma legislação, a autoavaliação é um dos componentes centrais do processo de avaliação institucional e deve ser conduzida por uma CPA composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil (Brasil, 2004). Em tese, trata-se de um processo participativo, dialógico e horizontal, comprometido com a escuta qualificada dos sujeitos que integram a vida institucional. Na prática, porém, a autoavaliação ainda enfrenta diversos entraves de ordem política, cultural e estrutural.

O documento orientador da CONAES (Brasil, 2014) propõe uma metodologia em etapas, que inclui sensibilização, coleta de dados, análise crítica e devolutiva institucional. Ainda assim, a operacionalização dessa proposta varia enormemente entre as instituições, visto que depende da maturidade avaliadora da CPA, do apoio da gestão superior e da cultura institucional preexistente. Sem essas condições, a autoavaliação corre o risco de ser reduzida a uma obrigação formal, descolada da tomada de decisão e desconectada do planejamento estratégico.

Nesse sentido, o alerta de Galdino (2011) permanece atual: a autoavaliação precisa estar vinculada à reconstrução do projeto institucional, a fim de convocar a comunidade para participar ativamente da transformação da realidade educacional. O papel da gestão é fundamental na institucionalização da avaliação, pois é ela quem deve garantir a legitimidade do processo, a utilização dos resultados e sua integração com as demais políticas acadêmicas e administrativas.

É preciso, portanto, retomar a autoavaliação como prática de engajamento institucional, que articula o conhecimento local (experiencial e situado) com os horizontes estratégicos da IES. Em vez de somente cumprir prazos e preencher formulários, trata-se de construir sentidos compartilhados sobre os rumos da instituição. Trata-se, como propôs Dias Sobrinho (2008), de exercer a avaliação como mediação entre projeto histórico e realidade concreta, entre regulação e emancipação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO: UM PANORAMA BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR

A presente seção articula os resultados obtidos com os fundamentos metodológicos adotados, de forma que compõe um ensaio teórico-analítico que delinea o estado da arte da produção científica em avaliação institucional e autoavaliação no contexto das Instituições de Ensino Superior (IES) dez anos após a implementação do Sinaes. Trata-se de um exercício descritivo e exploratório com base em uma revisão bibliométrica sistematizada, fundamentada na metodologia *Methodi Ordinatio*, conforme proposto por Pagani, Kovaleski e de Resende (2017) e estruturado segundo os princípios da pesquisa teórica e conceitual.

A busca foi orientada por uma lógica indutiva, com fontes secundárias oriundas das bases *Web of Science*, *Scopus*, *SciELO* e do Banco de Dados da CAPES. Os termos utilizados incluíram “institutional assesment”, “self-assessment”, “higher education” e “Sinaes”. O levantamento inicial resultou em 1.162 entradas. Após o processo de eliminação de duplicatas (24,80%), limpeza por palavras-chave e delimitação de critérios de tipologia e temporalidade, chegou-se a um portfólio de 72 artigos científicos publicados entre 2014 e o primeiro semestre de 2021. O critério temporal foi estrategicamente definido para cobrir uma década de maturação do Sinaes.

A ferramenta *InOrdinatio* foi aplicada para ranqueamento dos artigos com base em três critérios: fator de impacto da revista (mediana h5), número de citações e atualidade. Destaca-se que os artigos com centralidade temática na autoavaliação foram poucos, pois refletiram um hiato teórico-empírico relevante: embora o termo “avaliação institucional” permeie amplamente os debates educacionais, a autoavaliação como prática estratégica ainda é pouco tematizada.

A análise do corpus demonstrou três níveis de alinhamento dos artigos com o tema central: (1) alinhamento direto, no qual a autoavaliação

constitui o foco central (ex.: Brito *et al.*, 2021); (2) alinhamento indireto, no qual a avaliação aparece como elemento dentro de discussões sobre Enade, regulação ou políticas públicas (ex.: Verhine, 2015); e (3) desalinhamento temático, em que o termo “avaliação” é utilizado como metodologia pedagógica ou instrumento de ensino (ex.: Bearman *et al.*, 2016). Essa tipologia reforça a necessidade de novas investigações que posicionem a autoavaliação como ferramenta técnica e como recurso estratégico de governança.

Observou-se também uma forte correlação entre a produção científica e os contextos sociopolíticos. A queda na produção após 2018 coincide com períodos de instabilidade institucional e cortes em agências de fomento no Brasil, que evidencia o quanto a avaliação da educação superior é vulnerável a ciclos governamentais, e não uma política de Estado.

Do ponto de vista institucional, a distribuição dos artigos por universidade mostra concentração em poucas instituições — UFSC, UFBA e Universidade do Minho — o que pode indicar núcleos de excelência ou redes de pesquisa consolidadas. A nuvem de palavras gerada a partir das palavras-chave dos artigos destaca os termos “avaliação”, “Sinaes” e “educação superior” como centrais, de modo que reforça os critérios de recorte utilizados.

Em síntese, os dados revelam uma produção ainda fragmentada, em que a avaliação institucional é amplamente debatida como mecanismo regulatório, mas a autoavaliação permanece marginalizada nos estudos científicos, sobretudo enquanto processo político, dialógico e estratégico. Esse cenário indica uma lacuna investigativa e também um desafio para a consolidação de uma cultura avaliativa crítica e emancipatória nas IES brasileiras.

## REFERÊNCIAS

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. “SINAES” contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: considerações sobre a elaboração e implantação do sistema nacional de avaliação da educação superior.

**Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 955-977, out. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302006000300015>. Acesso em: 29 ago. 2021.

Bearman, M. *et al.* Support for assessment practice: developing the Assessment Design Decisions Framework. **Teaching in Higher Education**, v. 21, n° 5, p. 545-556, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13562517.2016.1160217>. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 nov. 1995. Disponível em: <https://tinyurl.com/43893faj>. Acesso em: 3 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html). Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 15 abr. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.html). Acesso em: 29 ago. 2021.

BRITO, Renato de Oliveira *et al.* Comissão Própria de Avaliação – CPA: sua atuação na construção do diálogo entre comunidade acadêmica e direção da IES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 68–88, mar. 2021.

CAPES. Cafe e acesso remoto ao Portal de Periódicos CAPES, 2020. Disponível em: <http://mailer.periodicos.capes.gov.br/?m=138&p=-view&pi=ViewBrowserPlugin&uid=2f8fa7c8723efa19b1958db739494389>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CARVALHO, Gustavo Dambiski Gomes de *et al.* Bibliometrics and systematic reviews: a comparison between the proknow-c and the methodiordina-tio. **Journal of Informetrics**, v. 14, n. 3, p. 101-143, ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.joi.2020.101043>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CORTELAZZO, Angelo. **Webinar:** avaliar para que(m)?. Campinas: EA<sup>2</sup> - Unicamp, 2020. P&B. Disponível em: <https://www.ea2.unicamp.br/ensino-digital-3/avaliar-para-quem/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mônica Cecilia; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, out. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0080-62342011000500033>. Acesso em: 29 ago. 2021.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772010000100011>. Acesso em: 29 ago. 2021.

DIAS SOBRINHO, José; BRITO, Rafael Dias de. Acreditação da educação superior e c&t: políticas e ideologia. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior**, v. 11, n. 4. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/946>. Acesso em: 29 ago. 2021.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do sinaes a índices. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772008000300011>. Acesso em: 29 ago. 2021.

GALDINO, M. N. D. A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2011, São Paulo. **Anais[...]** São Paulo: PUC-USP, 2011. Disponível em: [http://www.unigranrio.com.br/\\_docs/cpa/autoav-inst-ensino-sup-instr-gestao-mary-galdino.pdf](http://www.unigranrio.com.br/_docs/cpa/autoav-inst-ensino-sup-instr-gestao-mary-galdino.pdf). Acesso em: 29 ago. 2021.

GIL, Antonio Carlos *et al.* Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –

INEP. **Nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 065**. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –INEP. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília: INEP/SINAES, 2004. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_superior/roteiro\\_de\\_auto\\_avaliacao\\_institucional\\_2004.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf). Acesso em: 29 ago. 2021.

PAGANI, Regina Negri; KOVALESKI, João Luiz; DE RESENDE, Luis Mauricio Martins. Avanços na composição da Methodi Ordinatio para revisão sistemática de literatura. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 2, 2017.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. A avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. **Avaliação**, Sorocaba, v. 14, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219114872002>. Acesso em: 29 ago. 2021.

TASCA, Jorge Eduardo *et al.* An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. **Journal of European Industrial Training**, v. 34, n. 7, p. 631-655, ago. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/03090591011070761>. Acesso em: 29 ago. 2021.

UCZAK, Lucia Hugo; BERNARDI, Liane Maria; ROSSI, Alexandre José. O governo Temer e a asfixia dos processos de democratização da educação. **Educação (UFMS)**, v. 45, p. 23, mar. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644433740>. Acesso em: 29 ago. 2021.

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 20, p. 603-619, 2015.